



DIVERSOS



Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo



Gilmar Alves Batista
Defensor Público-Geral

Marcello Paiva de Mello
Subdefensor Público-Geral

Adriana Peres Marques dos Santos
Coord. da Infância e Juventude

Maria Gabriela Agapito da Veiga Pereira da Silva
Coord. de Direito Civil e Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres

Valdir Vieira Júnior
Assessor Jurídico e Coord. de Direito Penal

Victor Oliveira Ribeiro
Coord. de Direitos Humanos

Vinicius Chaves de Araújo
Corregedor-Geral

Samyla Gomes Medeiros Soares Belchior
Chefe de Gabinete

Keyla Marconi da Rocha Leite
Coord. de Execução Penal

Ivan Mayer Caron
Coord. de Administração e Recursos Humanos

Saulo Alvim Couto
Assessor de Controle Interno

Sattva Batista Goltara
Coord. de Soluções Avançadas de Tecnologia

Conselho Superior da Defensoria Pública do Espírito Santo:

Gilmar Alves Batista - Presidente do Conselho

Marcello Paiva de Mello
Vinicius Chaves de Araújo

Leonardo Grobbério Pinheiro
Hellen Nicácio de Araújo

Douglas Admiral Louzada
Rodrigo Borgo Feitosa

Ricardo Willian Parteli Rosa
Alex Pretti

Praça Manoel Silvino Monjardim, 54, Centro, Vitória/ES - CEP: 29010-390 - www.defensoria.es.def.br

Defensoria Pública do Estado - DPES -

Defensoria Pública-Geral

ATO NORMATIVO DPG Nº 001, 08 DE FEVEREIRO DE 2021.

Institui o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) para o exercício de 2021.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º. Instituir o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) para o exercício de 2021, na forma do Anexo Único, disponível no sítio eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, item "Defensoria Geral", abas "Atos" e "Atos Normativos" ([link: http://www.defensoria.es.def.br/site/index.php/atos-normativos/#1526410141778](http://www.defensoria.es.def.br/site/index.php/atos-normativos/#1526410141778)).

-20c1e901-fdd5).
Art. 2º. Este ato normativo entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Vitória/ES, 08 de FEVEREIRO de 2021.

GILMAR ALVES BATISTA
Defensor Público-Geral

Protocolo 645993

Gerência de Recursos Humanos

PORTARIA DPES Nº 128 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, faz publicar o (s) seguinte (s) ato (s):

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO DE BRUNA LORENA DA SILVA HENRIQUE de 05.02.2021 a 04.02.2022 lotada na Defensoria

de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica de Vitória, no turno vespertino.

RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO DE KLEYTON SANTOS SOUZA lotado na Núcleo de Presos Provisórios - NPP, a partir de 07.02.2021.

RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO DE MATHEUS SILVARES ITALA VIEIRA lotado na 3ª Defensoria Cível de Vitória, a partir de 12.02.2021.

RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO DE THALES OLIOSI lotado na 2ª Defensoria de Família e Orfãos e Sucessões de Colatina, a partir de 10.02.2021.

RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO DE MANOELA VIEIRA TOBIAS lotada na Defensoria Plena de Alfredo Chaves, a partir de 13.05.2020.

RESCISÃO DO TERMO DE

COMPROMISSO DE ESTÁGIO DE VICTORIA COLEN DE LA FUENTE lotada na Defensoria da Infância e Juventude Orfãos e Sucessões e Acidente de Trabalho de Viana, a partir de 29.01.2021.

Vitória, 08 de fevereiro de 2021
Josenir Peterle
Diretora de Gestão de Pessoas

Protocolo 646009

Publicações de Terceiros

GRAMOBRAS - GRANITOS E MÁRMORES BRASILEIROS LTDA, torna publico que **obteve** do IEMA, através do processo Nº **30440530**, a Licença de Operação (renovação) Nº 263/2020, para a atividade de desdobramento, polimento, resinagem, corte e acabamento de rochas ornamentais, na Rodovia BR 101 - KM 412, S/N, Safra, Cachoeiro de Itapemirim/ES.

Protocolo 643081



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL**

**ANEXO ÚNICO
PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA (PAAI) PARA 2021**

1. INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI/2021 para o exercício de 2021 da Unidade Central de Controle Interno da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo- UCCI/DPES, tem como objetivo a realização de auditorias preventivas, defectivas e corretivas nas Unidades Administrativas previamente definidas, nas áreas: Contábil, Financeira, Recursos Humanos, Patrimônio, Compras, Almoxarifado, Orçamentária, Contratos e Administração em geral.

Os procedimentos e as técnicas de controle a serem utilizados poderão ser conceituados como um conjunto de verificações e averiguações que permitirão obter evidências ou provas suficientes e adequadas para analisar as informações para a formulação e fundamentação da opinião da UCCI/DPES que, depois as processará e levará ao conhecimento da Administração Superior da Defensoria Pública.

Os controles preventivos serão realizados ao tempo do ato, procedimento ou processo, tendo, por fim, atenuar possíveis impropriedades na execução dos mesmos.

Os demais controles analisam os procedimentos a “posteriori” de sua realização, e visam à conferência dos princípios básicos da Administração Pública e aplicação das demais normas pertinentes.

As análises da UCCI/DPES têm por finalidade precípua esclarecer questões conflitantes e irregulares, cientificando as unidades administrativas da importância em submeterem-se às normas vigentes.

2. DA COMPOSIÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

A Resolução CSDPES n.º 033/2017 dispõe em seus artigos 11 a 20, os objetivos e atribuições do Departamento de Controle Interno.

Nas atividades de auditoria serão consultados os registros físicos dos sistemas administrativos para subsidiar os trabalhos de vistoria. A realização de trabalho de inspeção interna de maior complexidade ou especialização poderá ter a colaboração técnica de outros servidores.

3. DA FINALIDADE DA AUDITORIA

O Plano Anual de Auditoria Interna é o documento que orienta as normas para as auditorias internas, especificando os procedimentos e metodologias de trabalho a serem observados.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

As auditorias têm a finalidade precípua de avaliar o cumprimento das unidades executoras quanto ao seguimento dos procedimentos administrativos e/ou das instruções normativas se já estiver sido implementadas na administração, baseadas nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, bem como, recomendar e sugerir ações corretivas para os problemas detectados, cientificando aos auditados da importância em submeterem-se às normas vigentes.

Entende-se, desta forma, a auditoria interna como um elemento de controle, que tem como finalidade controlar, orientar e avaliar os atos de gestão praticados no âmbito desta Defensoria Pública e apoiar o controle externo da sua missão institucional assegurando desta forma a regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal.

4. DAS FASES DA AUDITORIA

- 4.1) Planejamento da Auditoria (preparação prévia);
- 4.2) Auditoria *in loco* na Unidade;
- 4.3) Relatório de Auditoria (parcial ou final);
- 4.4) Acompanhamento/recomendação.

5. DOS FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAAI- 2021 E OS SISTEMAS ENVOLVIDOS

O Planejamento dos trabalhos de auditoria da UCCI foi pautado em especial pelos seguintes fatores:

- 1) Necessidades administrativas de gestão da Defensoria Pública Estadual;
- 2) Materialidade, baseada no volume da área em exame;
- 3) Acompanhamento/observações efetuadas no transcorrer do exercício;
- 4) Fragilidade ou ausência de controles observados;
- 5) Determinações emanadas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo onde a UCCI acompanhará a execução dos trabalhos de todas as unidades administrativas envolvidas nos seguintes sistemas:
 - 5.1) Sistema de Controle Interno;
 - 5.2) Sistema de Contabilidade;
 - 5.3) Sistema Financeiro;
 - 5.4) Sistema Patrimonial;
 - 5.5) Sistema de Planejamento e Orçamento;
 - 5.6) Sistema de Administração e Recursos Humanos;
 - 5.7) Sistema de compras, licitações e contratos;



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

- 6) Elaboração dos seus controles internos, visando o seu aprimoramento;
- 7) Cumprimento das instruções normativas editadas e implementadas para cada sistema, bem como, auxiliando na edição de novas normativas para procedimentos de rotinas desprovidos de regulamentação. No exercício do controle preventivo a UCCI adotará as seguintes medidas:
 - 8) Realizar reuniões com os servidores das Unidades para dirimir eventuais dúvidas e questionamentos acerca da aplicabilidade, alcance e cumprimento das instruções normativas;
 - 9) Emitir pareceres e recomendações para aprimorar o controle interno, quando constatada pela UCCI falha nos procedimentos de rotina;
 - 10) Responder consultas das unidades executoras quanto à legalidade, legitimidade e economicidade de procedimentos de trabalho, bem como, nos casos de interpretação e/ou indicação da legislação aplicável às determinadas situações hipotéticas;
 - 11) Informar e orientar as unidades executoras quanto às manifestações e recomendações de órgãos de controle externo que possam implicar diretamente na gestão dos sistemas;
 - 12) Realizar visitas técnicas preventivas nas unidades para avaliar a eficiência dos trabalhos Administrativos.

O controle preventivo da UCCI será realizado junto a esses sistemas durante todo o exercício de 2021, sem data previamente fixada, posto que as medidas do tópico anterior serão adotadas sempre que a UCCI verificar a sua necessidade quando do acompanhamento ou mediante provocação das unidades executoras ligadas aos sistemas.

Ressalta-se que, mesmo selecionando os sistemas a serem auditados, a UCCI também adotará as medidas de controle preventivo para as suas unidades, da mesma forma que, havendo a necessidade, os sistemas selecionados para o controle preventivo, por decisão da UCCI ou mediante provocação da Defensora Pública Geral, poderão ser objetos de auditoria especial no decorrer do ano de 2019.

6. AÇÕES PREVENTIVAS PARA AUDITORIA INTERNA

6.1) Ação de Auditoria

6.1.1) Processos Licitatórios

Avaliação sumária: análise dos autos do processo de licitação em todas as modalidades previstas na Lei 8666/93, bem como, dispensa e inexigibilidade e de pregão (Lei 10.520/02); fracionamento ilegal de despesas, restrição e direcionamento do certame que gerem prejuízos ao erário.

Avaliação de risco: fragmentação de licitação, adoção de modalidade adequada, realização de procedimentos sem observância das disposições legais e das instruções normativas.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

Objetivo da auditoria: verificar a legalidade dos procedimentos licitatórios.

Resultados esperados: assegurar a correta formalização dos processos em obediência à legislação vigente e o acompanhamento eficaz das licitações, dispensas e inexigibilidades.

6.1.2) Almoxarifado e Patrimônio

Avaliação sumária: avaliar as práticas administrativas em toda movimentação e estocagem de materiais de consumo e de expediente.

Avaliação de risco: falta de controle ou controle inadequado, má conservação, aquisição de produtos sem utilidade, furtos, roubos e desvios.

Relevância: garantir a conservação, controle e agilidade na distribuição dos estoques de matérias de consumo.

Objetivo da auditoria: verificar se as rotinas no recebimento, aceite, escrituração e distribuição de materiais obedecem à legislação vigente, e observar o armazenamento dos produtos e logística da entrega para atendimento às necessidades desta Administração.

Resultados esperados: um controle eficiente e eficaz dos produtos adquiridos e dos bens móveis, bem como, o armazenamento e utilização destes.

6.1.3) Folha de Pagamento

Avaliação sumária: avaliar as ações gerenciais e procedimentos relacionados ao processo de elaboração da folha de pagamento do pessoal ativo (efetivos e comissionados), inativos, bem como, as documentações que suportam os pagamentos, auxílios e benefícios.

Avaliação de risco: pagamentos de vantagens indevidas a servidores e substitutos.

Relevância: Aferir a exatidão dos recursos financeiros empregados.

Objetivo da auditoria: avaliar os controles internos verificando legalidade, legitimidade, eficácia, eficiência, economicidade no gasto com pessoal ativo, (efetivo/comissionado), e inativos.

Resultados esperados: inibir ações que possam provocar gastos desnecessários que onerem indevidamente o erário.

6.1.4) Gestão de Bens e Serviços

Avaliação sumária: análise dos processos de licitação, dispensa e inexigibilidade.

Avaliação de risco: Superfaturamento de preços, desvios ou fraudes de recursos públicos, fracionamento de despesas, direcionamento do vencedor, envolvimento entre



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

os licitantes, aquisição de serviços e produtos de baixa qualidade e não atendimento aos dispositivos da legislação.

Relevância: garantir a instrução processual adequada com vistas ao atendimento dos princípios constitucionais a fim de dirimir a ineficiência e o desperdício de recursos públicos.

Objetivo da Auditoria: verificar a legalidade, a legitimidade, a eficácia, a eficiência e a economicidade na gestão de suprimentos de bens e serviços

Resultados esperados: maior eficiência nas contratações, aquisições de bens e serviços públicos.

6.1.5) Acompanhamento e Controle da Execução dos Contratos e Aditivos

Avaliação sumária: contratações irregulares, descumprimento às cláusulas contratuais, falta de publicação e fiscalização quanto à execução e dispensa legal do termo do contrato.

Avaliação de risco: verificar o conteúdo e publicação dos contratos, contratações irregulares, prestações de serviços de baixa qualidade, descumprimento de cláusulas contratuais e falta de fiscalização.

Relevância: garantir a fidelidade ao instrumento originário e cláusulas contratuais em função do volume de recursos envolvidos, a fim de reduzir a possibilidade de incorreções e atos de impropriedades e irregularidades.

Objetivo da auditoria: verificar a legalidade, legitimidade, eficácia, eficiência na gestão e fiscalização dos contratos. Assegurar a correta formalização dos processos contratuais e o acompanhamento eficaz da execução dos contratos em consonância com a legislação vigente.

Resultados esperados: maior eficiência nas contratações, aquisição de bens e serviços públicos.

6.1.6) Gestão Financeira e Orçamentária

Avaliação sumária: análise e avaliação de concessão de suprimento de fundos, prestação de contas e outros assuntos pertinentes à área.

Avaliação de risco: utilização indevida de recursos, ausência de justificativas, falta de documentação comprobatória da participação em eventos, ausência de relatório de viagem.

Relevância: a gestão financeira realizada com eficiência permite uma melhoria na qualidade e no controle do gasto público.

Objetivo da auditoria: avaliar os controles internos e a gestão financeira

Resultados esperados: melhoria na qualidade dos gastos públicos.



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL**

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) é um plano de ações, elaborado com base nos riscos aferidos, de acordo com critérios utilizados por esta Instituição. As atividades de Auditoria estão previstas para o período de 1/03/2021 a 20/12/2021, sendo necessário ressaltar que o prazo apontado para a realização das atividades, como acima indicado, poderá ser alterado, suprimido em parte ou prorrogado em função de fatores externos ou internos que venham a prejudicar ou influenciar sua execução, tais como:

- 1) Trabalhos especiais;
- 2) Capacitação do Servidor (cursos e seminários) ;
- 3) Fatos imprevistos;
- 4) Atendimento a demandas dos órgãos fiscalizadores.

O resultado das atividades de Auditoria será levado ao conhecimento do Defensor Público Geral e aos responsáveis pelos sistemas Administrativos para que tomem conhecimento e adotem as providências que se fizerem necessárias, sendo que as constatações, recomendações e pendências farão parte do relatório de Auditoria.

O Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI/2021), em atendimento ao princípio constitucional da publicidade dos atos da administração pública, será publicado em seu site oficial.

Vitória, 08 de fevereiro de 2021.

GILMAR ALVES BATISTA
Defensor Público Geral